



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O  
E 03.13.115  
Assessoria de Plenário

### MENSAGEM

Nº 035 /2015-GAG

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei o Projeto de Lei nº 1.466, de 2013, que *dispõe sobre a instalação de geradores em edificações verticais que disponham de elevador no Distrito Federal*.

### MOTIVOS DE VETO

A obrigatoriedade de instalação de geradores de energia em edifícios de pequeno porte pode acarretar em aumento expressivo dos custos de construção, inviabilizando o preço para o consumidor e os projetos de cunho social. Além disso, os equipamentos necessitam de manutenção periódica que pode elevar excessivamente os valores de taxa de condomínio.

Por essa razão, apus o veto total ao Projeto de Lei nº 1.466, de 2013, e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Atenciosamente,

**RODRIGO ROLLEMBERG**

Governador

ASSP 26/02/2015 16:52

11928

A Sua Excelência a Senhora  
**DEPUTADA CELINA LEÃO**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição



(Autoria do Projeto: Deputado Benedito Domingos)

### **Dispõe sobre a instalação de geradores em edificações verticais que disponham de elevador no Distrito Federal.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Ficam os empreendedores de novas edificações verticais destinadas a uso comercial, misto ou residencial obrigados a instalar geradores de energia com capacidade para acionar automaticamente no mínimo 1 elevador em cada rol de acesso e dispositivos de iluminação de emergência em caso de falta de energia elétrica.

§ 1º Os geradores de que trata esta Lei devem obedecer às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da concessionária de energia elétrica e às demais normas pertinentes.

§ 2º A obrigação instituída no *caput* aplica-se às edificações que possuam mais de 4 pavimentos.

**Art. 2º** Para o disposto nesta Lei, entende-se como empreendedor a pessoa física ou jurídica responsável direta ou indiretamente pela efetiva edificação da obra.

**Art. 3º** A fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei fica a cargo dos órgãos do Poder Executivo responsáveis pela fiscalização de obras urbanas, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e do órgão de defesa do consumidor.

**Art. 4º** A expedição de alvará fica condicionada à previsão da instalação de geradores no projeto do empreendimento, e o não cumprimento de sua efetiva instalação acarreta ao infrator as penalidades do Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 2015

**DEPUTADA CELINA LEÃO**  
Presidente

VETO TOTAL  
mf/mj